



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004090-12.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ALEXANDRE DA SILVA PEREIRA**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor pretende discutir cobrança a título de energia elétrica que entende abusiva.

Em que pese a ré tenha se manifestado que a demanda permite tentativa de acordo, não apresentou nenhuma proposta concreta.

A relação jurídica material entabulada entre as partes é regida pelo microsistema do Código de Defesa do Consumidor, pois estão presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, as alegações do autor estão satisfatoriamente respaldadas pelos documentos que instruíram a petição inicial, extraíndo-se de fls. 03/10 que, após a regularização do medidor de consumo, o valor das faturas não excedem a R\$ 35,00.

Nessa esteira, é certo que a cobrança do valor de R\$ 619,95 pelas contas anteriores é excessivo e fora do padrão de consumo do autor. Ressalte-se, ainda, que a fim de evitar maiores transtornos, o autor parcelou o valor vindo a arcar com o montante total de R\$ 675,00, parcelado em 10 vezes.

Já a ré em contestação não impugnou especificamente os argumentos e os documentos apresentados.

Silenciou a propósito da ausência de razoabilidade do cálculo realizado e não justificou minimamente a cobrança que foi dirigida ao autor.

Não invocou, em suma, um único dado que atuasse em seu favor.

O quadro delineado conduz, pois, ao acolhimento dos pleitos, sendo de rigor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

o reconhecimento da inexigibilidade do valor de R\$ 325,00, que representa cobrança sem lastro.

Quanto ao reembolso do valor pago, é incontroverso, porquanto como destacado nada de concreto justificava o recebimento dele pela ré.

Tal restituição não se dará em dobro, entretanto.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que a não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restituir ao autor a quantia de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), atualizados desde o ajuizamento da ação e com juros de mora a partir da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 20 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**